

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**Declaração de Rectificação n.º 78/2004**

Segundo comunicação do Ministério da Educação, o anexo n.º 1 da Portaria n.º 886/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 170, de 21 de Julho de 2004, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com várias inexactidões, pelo que se procede à sua republicação:

«ANEXO N.º 1

Curso profissional de técnico de química industrial**Plano de estudos**

| Componentes de formação | Total de horas (a) |
|---|--------------------|
| Componente de formação sócio-cultural: | |
| Português (c) | 320 |
| Língua Estrangeira I ou II (b) | 220 |
| Área de Integração | 220 |
| Educação Física | 140 |
| Tecnologias da Informação e Comunicação ... | 100 |
| <i>Subtotal</i> | 1 000 |
| Componente de formação científica: | |
| Matemática (c) | 300 |
| Física e Química (c) | 200 |
| <i>Subtotal</i> | 500 |
| Componente de formação técnica: | |
| Química Aplicada | 124 |
| Análises Químicas | 356 |
| Qualidade, Segurança e Ambiente | 130 |
| Tecnologia Química | 570 |
| Formação em Contexto de Trabalho | 420 |
| <i>Subtotal</i> | 1 600 |
| <i>Total de horas/curso</i> | 3 100 |

(a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio, e demais regulamentação aplicável.

(b) O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico (no 9.º ano de escolaridade).

(c) Disciplinas sujeitas a avaliação sumativa externa, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, conjugado com os artigos 26.º, 27.º e 30.º a 33.º da Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio.»

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 18 de Agosto de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

Declaração de Rectificação n.º 79/2004

Segundo comunicação do Ministério da Educação, o anexo n.º 1 da Portaria n.º 889/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 170, de 21 de Julho de 2004, cujo original se encontra arquivado nesta Secretaria-Geral, saiu com várias inexactidões, pelo que se procede à sua republicação:

«ANEXO N.º 1

Curso profissional de técnico de mecânica/manutenção industrial**Plano de estudos**

| Componentes de formação | Total de horas (a) |
|---|--------------------|
| Componente de formação sócio-cultural: | |
| Português (c) | 320 |
| Língua Estrangeira I ou II (b) | 220 |
| Área de Integração | 220 |
| Educação Física | 140 |
| Tecnologias da Informação e Comunicação ... | 100 |
| <i>Subtotal</i> | 1 000 |
| Componente de formação científica: | |
| Matemática (c) | 300 |
| Física e Química (c) | 200 |
| <i>Subtotal</i> | 500 |
| Componente de formação técnica: | |
| Desenho Técnico | 300 |
| Tecnologia e Processos | 400 |
| Organização Industrial | 140 |
| Práticas de Electromecânica | 340 |
| Formação em Contexto de Trabalho | 420 |
| <i>Subtotal</i> | 1 600 |
| <i>Total de horas/curso</i> | 3 100 |

(a) Carga horária global não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, de acordo com o estabelecido na Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio, e demais regulamentação aplicável.

(b) O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico (no 9.º ano de escolaridade).

(c) Disciplinas sujeitas a avaliação sumativa externa, nos termos previstos no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março, conjugado com os artigos 26.º, 27.º e 30.º a 33.º da Portaria n.º 550-C/2004, de 21 de Maio.»

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, 18 de Agosto de 2004. — O Secretário-Geral, *José M. Sousa Rego*.

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA, DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E PISCAS, DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO.**Portaria n.º 1085/2004****de 31 de Agosto**

O Decreto-Lei n.º 41/2001, de 9 de Fevereiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 110/2002, de 16 de Abril, relativo ao estatuto do artesão e da unidade produtiva artesanal, prevê no n.º 1 do seu artigo 15.º-A a possibilidade de os artesãos e as unidades produtivas artesanais poderem mencionar o reconhecimento dessa sua qualidade na rotulagem, publicidade e demais documentos comerciais de acompanhamento dos seus produtos através da utilização de um símbolo específico.

Importa agora, no cumprimento do disposto no n.º 2 daquele mesmo preceito, aprovar o modelo do referido símbolo e regulamentar a sua utilização, contribuindo